

CPI investigará a soberania da Amazônia

O líder do PL na Câmara, deputado Adolpho de Oliveira (RJ), encaminhou ontem à Mesa da Câmara projeto de Resolução que prevê a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar as denúncias de grande conspiração, estrangeira e interna, contra a soberania e os legítimos interesses do Brasil, constantes da matéria "Os índios na nova Constituição", publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo.

A iniciativa de criação de uma CPI para apurar o envolvimento da Igreja numa possível conspiração contra a soberania nacional, de acordo com as denúncias, terá de ser protocolada através da aprovação em plenário da Câmara do Projeto de Resolução autorizativo. E que o regimento interno só prevê a instalação de 5 CPI em cada legislatura, e como já estão todas em funcionamento na Câmara, só com a aprovação do Projeto de Resolução uma sexta poderá ser instalada. O projeto foi subscrito também pelo deputado Gerson Peres (PDS/PA), que pretendia igualmente pedir a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito para o mesmo assunto, e deverá ser lida na sessão de hoje da Câmara.

"TERRÍVEL AMEAÇA"

O líder do PL considerou que as denúncias veiculadas pelo jornal paulista são de extrema gravidade e merecem a mais séria e profunda investigação, principalmente no que diz respeito a possíveis ameaças à soberania do Brasil, "que encobrem e comprometem a pretensa defesa de interesses das tribos indígenas, com objetivos de não exploração de riquezas minerais pelo Estado ou por empresas exclusivamente brasileiras".

A própria Assembléia Nacional Constituinte, na opinião do deputado Adolpho de Oliveira, recebe uma terrível ameaça, com a revelação de que o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão da CNBB, "atrevu-se a expedir em 1981 diretrizes pormenorizadas para a ação, no Brasil, nas quais se previa até que se deveriam introduzir emendas constitucionais para garantir o êxito da operação, e se recomendava que os arquivos secretos fossem mantidos; funcionários do CIMI reclamavam

da insuficiência de verbas, recomendando que se prestasse maior atenção a tais arquivos".

O próprio Adolpho de Oliveira revelou já ter frustrado movimento semelhante em 1968, quando deputado federal pela Guanabara. Nessa época foi criada uma CPI, com a participação dos deputados Bernardo Cabral e Gastoni Righi, para apurar denúncias de sua autoria sobre o plano do Hudson Institute, nos Estados Unidos, coordenado por Herman Kahn para a internacionalização da Amazônia. "Com a solidariedade da imprensa, da opinião pública e de militares nacionalistas, pudemos eliminar o terrível perigo de então", relembra o deputado fluminense.

A CPI para investigar as denúncias, se aprovada pelo plenário, deverá ser composta por 29 membros efetivos e 29 suplentes, com prazo de 120 sessões prorrogáveis para a conclusão dos seus trabalhos.

O deputado Gerson Peres (PDS/PA) deverá fazer um novo discurso, ainda esta semana, sobre matérias publicadas no Jornal O Estado de S. Paulo, onde são feitas denúncias contra o Conselho Mundial de Igrejas e o Conselho Indigenista Missionário, segundo as quais estas entidades "pretendem forçar o reconhecimento do dispositivo da soberania relativa do Brasil sobre os territórios das nações indígenas".

Ontem pela manhã, em seu gabinete em Brasília, o deputado Gerson Peres disse que pretende "desmascarar certos grupos que falam bonito mas atuam contra a soberania nacional". Ele disse também que aguarda a divulgação de novos documentos sobre o assunto, que lhe ofereçam bases concretas para tomar medidas efetivas em relação ao assunto.

"Essas medidas poderão ser a apresentação de um

projeto de decisão, que garanta autonomia à Assembléia Nacional Constituinte para impedir a ação de grupos estrangeiros em seus trabalhos e decisões, ou também o pedido de instalação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), para ouvir todos os envolvidos no problema, deixando a situação às claras".

CRIME

"Imaginem se começam a falar que eu cometi um crime contra uma moça; a notícia se espalha e vem todo mundo me atacar, eu sem poder manifestar minha defesa, e acabam comigo. Sou linchado e morto. Depois, descobrem que a tal notícia era falsa". Desta forma sintética e rápida, o deputado Plínio Sampaio (PT/SP) supôs o que pode vir a acontecer se a "denúncia com caráter sensacionalista", como classificou, contra o Conselho Indigenista Missionário, assumir uma dimensão incontornável. Ontem, no plenário da Assembléia Nacional Constituinte, ele utilizou o tempo reservado ao seu partido, para as comunicações de liderança, e leu uma nota enviada pelo CIMI que desmente "as afirmações insultuosas" feitas através da imprensa.

SURPRESA

O documento lido por Plínio Sampaio da tribuna, assinado pelo presidente da CNBB, dom Luciano Mendes, manifesta a surpresa da entidade diante da notícia veiculada domingo. "A matéria revela leitura tendenciosa das atividades da Igreja e se baseia em informações absolutamente falsas", ressalta o texto. "Manifestamos o nosso veemente repúdio às afirmações de O Estado que visam claramente varrer da futura Constituição a garantia dos direitos indígenas", diz ainda.

Dom Luciano afirma no texto que o CIMI, órgão anexo à CNBB, nunca postulou junto à Constituinte o estabelecimento do estatuto de soberania relativa para a Amazônia. "A proposta do CIMI à Constituinte é de que o Brasil seja reconhecido como um Estado plurirético sob cuja soberania convivem, além da sociedade majoritária, várias nações indígenas, a exemplo de constituições modernas de outros países".

Denúncia preocupa DNPM

O diretor-geral do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), José Belfort dos Santos Bastos, disse ontem achar que, se for comprovada a autenticidade dos documentos citados pelo jornal O Estado de S. Paulo, deveria haver uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar todos estes fatos. Belfort disse ainda estar "estarecido" com as denúncias.

Segundo as denúncias, o Conselho Mundial de Igrejas e o Conselho Indigenista Missionário montaram uma operação com o objetivo de forçar a Assembléia Nacional Constituinte a reconhecer o estatuto de "soberania relativa" do Brasil sobre os territórios das nações indígenas.

Belfort confirmou que as "áreas indígenas" se estendem hoje por 825 mil quilômetros quadrados, quase 10% do território nacional. Alguns Estados, como o do Amazonas, têm até 25% de seu território designado como "áreas indígenas". Elas representam ainda 16% de Rondônia, 14% do Pará, 12% do Território de Roraima, 12,5% do Mato

Grosso, 10% do Acre e 7,5% do Amapá.

Ele acredita que tal estatuto levaria à divisão destes 10% do Brasil em áreas isoladas, ocupadas por pequenos grupos tribais de fácil domínio ideológico, social e econômico, às quais seria vedado o acesso dos demais brasileiros.

O diretor-geral do DNPM disse que sua opinião pessoal sobre a mineração é que os depósitos minerais obedecem a uma lei imutável; a rigidez locacional, isto é, eles estão onde a natureza os colocou.

Em vista disso, afirma Belfort, os depósitos minerais, estejam onde estiverem, e seja qual for a área reservada, ecológica, biológica, florestal ou indígena, são um bem da Nação e devem ser aproveitados racionalmente, sob pena de concordarmos, a priori, com o empobrecimento geral da Nação.

Assim, conclui José Belfort, "é crucial a garantia constitucional para a promoção do aproveitamento racional de qualquer minério, desde que haja compatibilização com o meio ambiente".